LUMEN ET VIRTUS
ISSN: 2177-2789

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMO INSTRUMENTO DE PREVISÃO DE INSOLVÊNCIA: ESTUDO DE CASO DE UMA EMPRESA DE CAPITAL ABERTO EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

https://doi.org/10.56238/levv15n43-101

Data de submissão: 23/11/2024 **Data de publicação:** 23/12/2024

Pâmela Caroline Braido
Estudante Ciências Contábeis
UNIFAE

Fernanda Menezes Ferrari Esteves
Mestre
UNIFAE

RESUMO

A análise eficaz das demonstrações contábeis e dos indicadores econômico-financeiros pode ser uma grande aliada das empresas que buscam identificar precocemente problemas financeiros, visto que identificando com antecedência possíveis dificuldades, é possível evitar a insolvência. Deste modo, o objetivo deste trabalho consiste em analisar o desempenho de 2021 a 2023 de uma grande empresa varejista, além de compreender os principais aspectos da Lei 14.112 de 2020, apresentar os tipos de demonstrações contábeis e indicadores econômico-financeiros que contribuem para a identificação antecipada das dificuldades financeiras e analisar as demonstrações contábeis divulgadas por esta organização. Com esse intuito, por meio de uma pesquisa de abordagem qualitativa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para analisar os conceitos teóricos utilizados neste artigo, caracterizando a pesquisa como explicativa. Além disso, foi realizada a análise dos documentos divulgados pela empresa estudada para verificar a sua situação financeira e econômica entre os anos de 2021 e 2023, classificando esta pesquisa como documental e estudo de caso. Os resultados mostraram que desde 2021 as demonstrações e indicadores apontavam que a empresa estava se tornando incapaz de arcar com seus pagamentos e o estado de insolvência era iminente. Conclui-se que o pedido de recuperação extrajudicial anunciado em 2024 poderia ter sido evitado através da análise eficaz e antecipada dos dados e com a tomada de decisões assertivas por parte da administração da organização.

Palavras-chave: Demonstrações contábeis, Contabilidade gerencial, Indicadores econômico-financeiros, Insolvência, Recuperação extrajudicial.

1 INTRODUÇÃO

Analisando o cenário atual existem diversas empresas enfrentando dificuldades econômicas e financeiras, algumas delas atingindo até mesmo a insolvência, caracterizada pela insuficiência de recursos financeiros ou patrimoniais para liquidar suas dívidas (Brasil, 2020).

Com isso, uma das alternativas utilizadas para reverter esta situação é por meio da Lei 14.112 de 2020 que regulamenta os processos de recuperação judicial, recuperação extrajudicial e a falência da sociedade empresária, além de permitir que a empresa em estado de insolvência possa suspender temporariamente as cobranças de seus credores enquanto apresenta uma estratégia para recuperação financeira.

Diante deste contexto, surge o problema de pesquisa deste artigo: Como utilizar a análise das demonstrações contábeis e dos indicadores econômico-financeiros para identificar antecipadamente as dificuldades financeiras de uma empresa?

Martins (2023) afirma que a recuperação judicial tem implicações sociais significativas para os *stakeholders* das empresas. Estas implicações são resultado do aumento de prazo para o pagamento das dívidas, impactando o fluxo de caixa de seus credores e acarretando demissões de funcionários, o que atinge a sociedade e a economia como um todo. Dessa forma, o tema deste estudo é de grande importância visto que a análise eficaz das demonstrações contábeis e dos indicadores econômico-financeiros se torna uma grande aliada para as empresas identificarem precocemente dificuldades iminentes.

> A análise de balanços deve ser entendida dentro de suas possibilidades e limitações. De um lado, mais aponta problemas a serem investigados do que indica soluções, de outro, desde que convenientemente utilizada, pode transformar-se num poderoso "painel de controle" da administração. (Iudícibus, 2017, p. 87).

Um caso relevante neste aspecto aconteceu com uma empresa varejista de capital aberto com grande relevância econômica no Brasil e que iniciou em abril de 2024 um processo de recuperação extrajudicial com o intuito de alongar a amortização da dívida com seus principais credores que somam R$ 4,1 bilhões.

O objetivo geral do trabalho consiste em analisar o desempenho de 2021 a 2023 desta empresa, a fim de identificar os indicadores que apontavam a necessidade da futura recuperação e que poderiam ter sido utilizados naquele período para uma possível reversão desta situação.

Especificamente, a pesquisa consiste em: compreender os principais aspectos da Lei 14.112 de 2020, apresentar os tipos de demonstrações contábeis e indicadores econômico-financeiros que contribuem para a identificação antecipada das dificuldades financeiras e analisar as demonstrações contábeis divulgadas pela empresa estudada.

O artigo está estruturado da seguinte forma: após esta introdução, apresenta-se o método que será utilizado nesta pesquisa. Em seguida, será realizado o desenvolvimento teórico sobre o tema e por fim, apresentam-se os resultados e as considerações finais.

2 MÉTODO

O artigo foi realizado utilizando a abordagem qualitativa, visto que foi analisado os dados apresentados pela empresa estudada, a fim de entender o motivo que resultou nas dificuldades financeiras atuais. Nielsen, Olivo e Morilhas (2017, p. 142) confirmam os argumentos anteriores em "o objetivo deste tipo de pesquisa é alcançar a compreensão qualitativa de razões e motivações para ocorrência de determinado fenômeno".

Quanto aos seus objetivos, é classificado como explicativa, pois inicialmente foi realizado um estudo sobre os dados divulgados pela empresa e por fim realizou-se uma análise apresentando como estes dados poderiam ter sido utilizados de maneira eficaz para reverter o cenário atual da organização.

Ao se tratar dos procedimentos técnicos, o trabalho é caracterizado por documental e estudo de caso, pois realizou-se uma pesquisa bibliográfica por meio de livros e da base de dados Google Acadêmico, para compreender os principais aspectos das demonstrações contábeis e dos indicadores financeiros-econômicos e posteriormente foram analisados documentos divulgados pela empresa com o objetivo de estudar sua situação financeira e econômica.

3 DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

3.1 LEI N° 14.112, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2020

A Lei n° 14.112/2020 tem como objetivo atualizar a legislação referente a recuperação judicial, recuperação extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, além de alterar as leis instituídas anteriormente (Brasil, 2020).

Para Machado e Leão (2022, p. 22):

> As recentes alterações da Lei n. 11.101/2005 através da Lei n.14.112/2020, vieram para modernizar o sistema de Falências e Recuperações Judiciais e para facilitar o soerguimento das empresas, consolidando principalmente os princípios da preservação da empresa e a proteção aos trabalhadores.

Martins (2023) afirma que a recuperação judicial é uma ferramenta que tem como principal objetivo superar a crise econômica enfrentada pelas empresas, porém pode ser utilizada também como medida para evitar crises futuras.

Durante todo o processo de recuperação judicial o poder judiciário está presente e mediando o desenvolvimento, visto que o devedor deverá apresentar em juízo o plano de recuperação, após deferido, qualquer credor citado no plano pode apresentar objeções e o juiz convocará uma assembleia-geral para deliberar o caso (Brasil, 2005).

No processo de recuperação extrajudicial o devedor realiza a negociação diretamente com o credor e posteriormente executa a homologação em juízo.

> Art. 163. O devedor poderá também requerer a homologação de plano de recuperação extrajudicial que obriga todos os credores por ele abrangidos, desde que assinado por credores que representem mais da metade dos créditos de cada espécie abrangidos pelo plano de recuperação extrajudicial. (Brasil, 2020)

Desse modo, com a lei mais recente, o processo de recuperação extrajudicial tem se tornado o modelo mais atrativo. Machado e Leão (2022, p. 37) confirmam os argumentos anteriores ao declararem "A reforma trouxe significativa melhora para a recuperação extrajudicial, que passou a ser utilizada com maior frequência, constituindo uma importante ferramenta para impedir a recuperação judicial".

3.2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras e contábeis apresentam de forma resumida e organizada os fatos registrados pela contabilidade. Para as sociedades anônimas e empresas de grande porte, as suas demonstrações são denominadas financeiras, pois são publicadas obrigatoriamente a fim de prestar contas, já para as demais empresas são denominadas contábeis (Iudícibus, 2017)

Souza (2023, p. 3) reitera que "Todas as Demonstrações Contábeis podem ser analisadas e desempenham um papel fundamental na compreensão da situação financeira de uma empresa."

> O objetivo das demonstrações contábeis é oferecer informação sobre a posição financeira (balanço patrimonial), o desempenho (demonstração do resultado) e fluxos de caixa da entidade, que sejam úteis aos usuários para a tomada de decisões econômicas. (Iudícibus, 2017)

O Balanço Patrimonial (BP) representa a posição financeira e patrimonial da empresa de forma clara e organizada. Na sua elaboração, os elementos de mesma natureza são agrupados e classificados em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido (Silva, 2019)

Quadro 1: Modelo de Estrutura do Balanço Patrimonial

Ativo	**Passivo + Patrimônio Líquido**
Ativo Circulante	**Passivo Circulante**
Ativo Não Circulante	**Passivo Não Circulante**
Realizável a Longo Prazo	**Patrimônio Líquido**
Investimento	Capital Social
Imobilizado	(-) Gastos com Emissões de Ações
Intangível	Reserva de Capital
	Opções Outorgadas Reconhecidas
	Reserva de Lucros
	(-) Ações em Tesouraria
	Ajustes de Avaliação Patrimonial
	Ajustes Acumulados de Conversão
	Prejuízos Acumulados

Fonte: Silva, 2019, p. 43

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é a representação das receitas e despesas da empresa em determinado período, apresentada na vertical, de forma dedutível, ou seja, inicialmente é informada a receita e subtraem-se as despesas, resultando em lucro ou prejuízo (Iudícibus, 2017).

De acordo com Assaf Neto (2023, p. 75):

> A Demonstração de Resultados do Exercício (DRE) visa fornecer, de maneira esquematizada, os resultados (lucro ou prejuízo) auferidos pelas operações da empresa em determinado exercício social, os quais são transferidos para contas do patrimônio líquido. O lucro (ou prejuízo) é resultante de receitas, custos e despesas incorridos pela empresa no período e apropriados segundo o regime de competência, ou seja, independentemente de que esses valores tenham sido pagos ou recebidos.

A Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) "indica a origem de todo o dinheiro que entrou no Caixa, bem como a aplicação de todo o dinheiro que saiu do Caixa em determinado período, e, ainda, o Resultado do Fluxo Financeiro" (Iudícibus, 2017, p.210).

Segundo Silva (2019), a falta de geração de caixa para financiar as operações da empresa é o que tem levado muitas delas ao processo de falência, reforçando a necessidade de análise da DFC.

3.3 ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Os índices de liquidez são utilizados para avalizar a capacidade da empresa de saldar seus compromissos, ou seja, avalia e classifica sua capacidade de pagamento em longo prazo, curto prazo ou prazo imediato (Marion, 2023).

Existem quatro índices de liquidez: imediata, seca, corrente e geral, conforme quadro apresentado abaixo.

Quadro 2: Índices de Liquidez

Índice	**Fórmula**
Liquidez Imediata (LI)	$\frac{Caixa\ e\ Equivalentes\ de\ Caixa}{Passivo\ Circulante}$
Liquidez Seca (LS)	$\frac{Ativo\ Circulante - Estoques}{Passivo\ Circulante}$
Liquidez Corrente (LC)	$\frac{Ativo\ Circulante}{Passivo\ Circulante}$
Liquidez Geral (LG)	$\frac{Ativo\ Circulante + Realizável\ a\ Longo\ Prazo}{Passivo\ Circulante + Exigível\ a\ Longo\ Prazo}$

Fonte: Adaptado de Martins, Diniz e Miranda (2020, p, 155)

De acordo com Assaf Neto (2023), a Liquidez Imediata indica a porcentagem de dívidas a curto prazo em condições de serem liquidadas imediatamente, enquanto a Liquidez Seca revela a porcentagem de dívidas a curto prazo em condições de serem liquidadas utilizando apenas as contas disponíveis e valores a receber. Ainda segundo este autor, a Liquidez Corrente demonstra o quanto existe de ativo circulante para cada $ 1 de dívida a curto prazo, ou seja, quanto maior este índice, maior a capacidade da empresa em financiar suas necessidades de capital de giro, enquanto a Liquidez Geral

indica um panorama geral da empresa, pois revela tanto a curto quanto a longo prazo, qual a capacidade de pagamento da empresa.

Para Martins, Diniz e Miranda (2020, p. 161):

> É óbvio que, quanto maior o índice de liquidez (de curtíssimo prazo, seco, corrente ou outro qualquer, inclusive que se queira criar para uma situação particular), melhor do ponto de vista da capacidade de liquidação de obrigações. Um Índice de Liquidez Corrente de 2,0 deverá ser considerado, para a grande maioria das empresas, excepcionalmente bom, mostrando um Ativo Circulante igual a duas vezes o Passivo Circulante. Um índice de liquidez de curtíssimo prazo superior a 1,0 é o que todo administrador financeiro gostaria de ter para satisfazer sua tranquilidade em termos de capacidade de pagamento de dívidas.

3.4 ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO

Os índices de endividamento relacionam as fontes de fundos, buscando relacionar o capital próprio com o capital de terceiros e são de extrema importância, pois indicam a dependência da empresa com relação a terceiros (Iudícibus, 2017).

Quadro 3: Índices de endividamento

Índice	**Fórmula**
Capital de Terceiros sobre Recursos Totais	$\frac{Exigível\ Total}{Exigível\ Total + Patrimônio\ Líquido}$
Capital Próprio ao Capital de Terceiros	$\frac{Patrimônio\ Líquido}{Exigível\ Total}$
Composição de Endividamento	$\frac{Passivo\ Circulante}{Exigível\ Total}$

Fonte: Adaptado de Marion (2023)

O índice de capital de terceiros sobre recursos totais representa a porcentagem do endividamento sobre os fundos totais da empresa, a longo prazo este índice não pode permanecer alto, visto que este fato ocasionaria no aumento progressivo das despesas financeiras, deteriorando a posição da rentabilidade da empresa (Iudícibus, 2017).

O índice de capital próprio ao capital de terceiros, demonstra a relação entre o capital próprio da empresa e o capital pertencentes a terceiros, “uma participação do Capital de Terceiros exagerada em relação ao Capital Próprio torna a empresa vulnerável a qualquer intempérie” (Marion, 2023, p. 90).

Para Silva (2019, p. 150), através da análise da composição do endividamento “é possível mensurar o volume de dívidas da empresa com vencimento no curto prazo em relação à dívida total”.

> A empresa em franca expansão deve procurar financiamento, em grande parte, com endividamento de longo prazo, de forma que, à medida que ela ganhe capacidade operacional adicional com a entrada em funcionamento dos novos equipamentos e outros recursos de produção, tenha condições de começar a amortizar suas dívidas. Por isto é que se deve evitar financiar expansão com empréstimos de curto prazo, a não ser que o período de Payback dos ativos seja curtíssimo, fato que raramente ocorre (Iudícibus, 2017, p. 110).

De acordo com Vieira (2020, p. 8), “estudos buscam definir modelos que ajudam a identificar os fatores que podem levá-la à insolvência, partindo da análise dos indicadores econômicos e financeiros apresentados nas demonstrações contábeis”. Com isso, a seguir serão apresentados os resultados de uma análise das informações econômicas e financeiras divulgadas pela empresa a ser analisada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na tabela 1, analisa-se os resultados apresentados nas Demonstrações de Fluxos de Caixa dos anos 2021 a 2023 da empresa.

Tabela 1: Resultados dos Fluxos de Caixa dos anos 2021 a 2023 (em R$ milhões)

	2021	**2022**	**2023**
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	1.118	3.079	4.024
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(958)	(928)	(505)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(1.363)	(1.913)	(2.965)
Variação no Caixa e Equivalentes	(1.203)	238	554

Fonte: Própria autora

Com base na tabela 1, percebe-se que em todos os anos analisados a empresa apresentou um resultado positivo nas suas atividades operacionais, isto é, a sua atividade principal gerou um bom resultado para seu caixa.

Entretanto, identifica-se que as atividades de financiamento consumiram caixa em todos os anos analisados. Este resultado é consequência de altos pagamentos referentes a empréstimos, arrendamentos mercantis e juros decorrentes a estas operações, ou seja, em exercícios anteriores a empresa utilizou em grande escala estes recursos de financiamentos afim de aumentar seu caixa imediato, o que pode comprometer os resultados da companhia.

A seguir, apresenta-se a tabela 2 com os índices de liquidez de 2021 a 2023 calculados a partir das demonstrações contábeis e financeiras divulgadas pela empresa.

Tabela 2: Índices de liquidez dos anos 2021 a 2023

Índice de Liquidez	2021	2022	2023
Liquidez Imediata	0,10	0,10	0,14
Liquidez Seca	0,61	0,58	0,48
Liquidez Corrente	0,99	0,87	0,71
Liquidez Geral	0,94	0,93	0,87

Fonte: Própria autora

Analisando os dados apresentados, percebe-se que todos os índices de liquidez estão com valor inferior a 1, ou seja, todos eles demonstram a dificuldade financeira e econômica da empresa em realizar seus pagamentos em curto, médio e longo prazo.

O índice de liquidez imediata permanece nos anos de 2021 e 2022 em 0,10, o que pode ser interpretado da seguinte forma: a companhia possui em seus caixas e equivalentes de caixa o valor de R$ 0,10 para pagamento de cada R$ 1,00 de obrigações presentes em seu passivo circulante, ou seja, o valor é extremamente baixo e demonstra a dificuldade financeira da empresa em arcar com suas obrigações a curto prazo. Em 2023, verifica-se o aumento desse índice em 40%, aumentando para 0,14, porém este aumento se torna insignificante, visto que a capacidade de pagamento imediata continua extremamente baixa.

Considerando o índice de liquidez geral, no qual observa-se um panorama mais abrangente da capacidade de pagamento, entende-se a seguinte situação: a companhia possui no ano de 2021 em todo seu ativo circulante e realizável a longo prazo o valor de R$ 0,94 para pagamento de cada R$ 1,00 de obrigações presentes em seu passivo circulante e exigível a longo prazo, ou seja, considerando os pagamentos de curto, médio e longo prazo, a situação se torna mais favorável para a empresa, mas a capacidade de pagamento ainda é insuficiente.

Além disso, este índice está em queda com o passar dos anos, reforçando que em um panorama geral a companhia está a cada ano com uma maior dificuldade de pagamento das suas obrigações.

Na tabela 3, expõe-se os índices de endividamento de 2021 a 2023 calculados a partir dos dados divulgados pela empresa em suas demonstrações.

Tabela 3: Índices de endividamento dos anos 2021 a 2023

Índice de Endividamento	2021	2022	2023
Capital de Terceiros sobre Recursos Totais	0,84	0,85	0,89
Capital Próprio ao Capital de Terceiros	0,19	0,17	0,12
Composição do Endividamento	0,63	0,65	0,66

Fonte: Própria autora

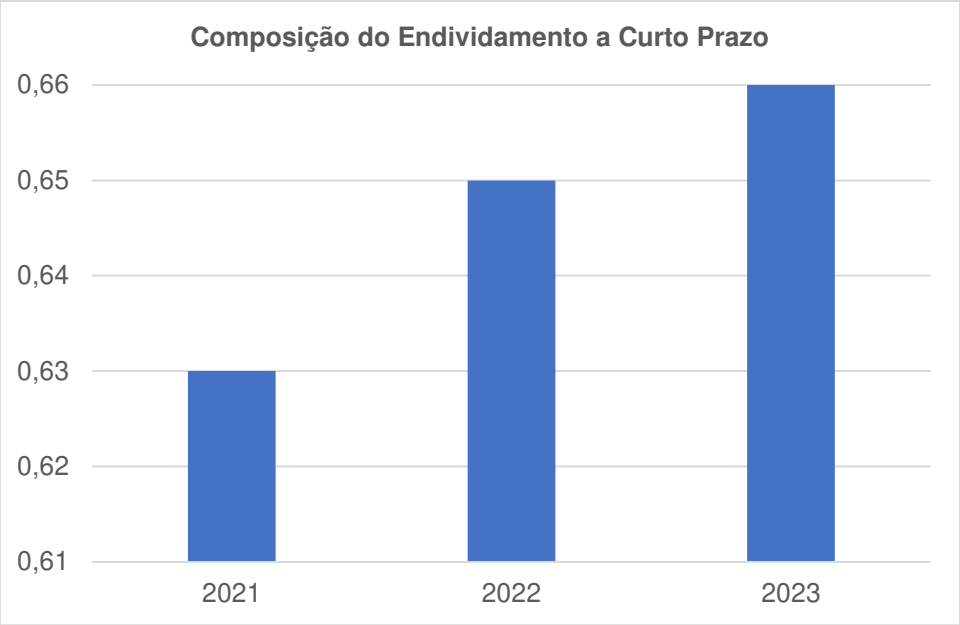
O índice de capital de terceiros sobre recursos totais demonstra o quanto o capital emprestado ou financiado à companhia por pessoas externas representa em todo seu capital. Com isso, observa-se que no ano de 2021, 84% dos seus recursos totais eram financiados por terceiros, um percentual elevado e que se torna mais preocupante para empresa ao comparar com os anos posteriores visto que a cada ano analisado este índice passou por aumento.

Esta situação pode comprometer ainda mais o futuro desta empresa, visto que este aumento gradual no índice de capital de terceiros sobre recursos totais ocasiona no aumento progressivo do pagamento de juros sobre este capital, o que aumenta as despesas financeiras e afeta negativamente a rentabilidade da empresa.

Considerando o índice de capital próprio ao capital de terceiros, enfatiza-se os resultados apresentados anteriormente, em que o capital próprio da companhia tem diminuído a cada ano, aumentando a necessidade de investimentos externos.

No gráfico 1, exibe-se a evolução do índice da composição do endividamento a curto prazo entre os anos de 2021 a 2023.

Gráfico 1: Índices da Composição do Endividamento a Curto Prazo dos anos 2021 a 2023



Fonte: Própria autora

Observa-se a partir do gráfico 1 que o índice da composição de endividamento tem aumentado gradualmente com o decorrer dos anos. No ano de 2021, constata-se que as obrigações assumidas pela empresa em curto prazo representam 63% do total de obrigações assumidas. Desse modo, ela possui um índice muito alto de dívidas a curto prazo, o que prejudica o desempenho da empresa, visto que pode faltar caixa para arcar com essas obrigações imediatas.

A seguir, apresenta-se a tabela 4 contendo as informações de Receita Bruta, Despesas Financeiras e Lucro Líquido (Prejuízo) presentes nas Demonstrações de Resultados do Exercício dos anos 2021 a 2023 da companhia em estudo.

Tabela 4: Receita Bruta, Despesas Financeiras e Lucro Líquido (Prejuízo) dos anos 2021 a 2023 (em R$ milhões)

	2021	**2022**	**2023**
Receita Bruta	36.375	36.418	34.433
Despesas Financeiras	(1.520)	(2.878)	(3.417)
Lucro Líquido (Prejuízo)	(297)	(342)	(2.625)

Fonte: Própria autora

Considerando os valores apresentados na tabela 4, constata-se que a Receita Bruta nos anos analisados teve pouca variação, porém as Despesas Financeiras tiveram aumentos notáveis de 89% e 19% respectivamente, consequência do aumento do uso capital de terceiros através de empréstimos e financiamentos conforme apresentados anteriormente, o que trouxe impactos significativos no Lucro Líquido (Prejuízo) da empresa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi elaborada com o objetivo de reconhecer como a análise das demonstrações contábeis e dos indicadores econômico-financeiros colaboram para identificação antecipada das dificuldades financeiras de uma empresa e auxiliam na previsão da insolvência.

Diante do estudo de caso realizado, percebe-se que desde de 2021 era evidente a futura dificuldade financeira da empresa que resultou no pedido de recuperação extrajudicial no ano de 2024. Com base em todos os dados analisados conclui-se que a empresa adquiriu empréstimos e financiamentos a curto prazo de forma abundante, prejudicando seus resultados.

Acompanhando a evolução do ano de 2021 para 2022 constatou-se que: o uso de capital de terceiros aumentou, o valor do pagamento das despesas financeiras cresceu significativamente, o índice de composição de endividamento demonstrou que a maioria das dívidas contraídas pela empresa era de curto prazo e o índice de liquidez imediata baixo comprovou que a capacidade de pagamento a curto prazo era insuficiente para arcar com essas obrigações.

Com isso, a administração da empresa poderia ter tomado na época atitudes imediatas para reverter este quadro, visto que através da análise eficaz e antecipada das demonstrações e dos indicadores era nítido que a empresa estava se tornando incapaz de arcar com suas dívidas e o estado de insolvência era iminente.

Uma das medidas que poderia ter sido tomada era a venda de imobilizados e intangíveis com o objetivo de quitar imediatamente parte das obrigações de curto prazo, diminuindo o uso de capital de terceiros e amenizando o pagamento de juros e despesas financeiras.

Além disso, o uso do processo de recuperação extrajudicial pode ter sido uma alternativa arriscada neste caso, visto que com esse processo foi feito um acordo com os principais bancos em que a empresa possui dívidas em aberto a fim de prorrogar o prazo de pagamento, transformando as obrigações de curto prazo em longo prazo. Consequentemente, o aumento deste prazo aumenta as despesas financeiras com os juros que irão incorrer, o que pode continuar comprometendo o resultado futuro da empresa.

Uma sugestão para trabalhos futuros seria o acompanhamento das demonstrações financeiras e contábeis divulgadas nos anos futuros, para verificar se o processo de recuperação extrajudicial foi eficaz e se foi uma decisão assertiva na tentativa de reverter o quadro da empresa.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. Estrutura e análise de balanços: Um enfoque econômico-financeiro. 13.ed. Barueri: Atlas, 2023.

BRASIL. Lei n° 11.101 de 9 de fevereiro de 2005. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. 2005. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11101.htm>. Acesso em: 02 set. 2024.

BRASIL. Lei n° 14.112 de 24 de dezembro de 2020. Atualiza a legislação referente à recuperação judicial, à recuperação extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. 2020. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14112.htm>. Acesso em: 04 mai. 2024.

IUDÍCIBUS, S. de. Análise de balanços. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MACHADO, C. M. L.; LEÃO, S. L. S. S. D. Tópicos atuais sobre recuperação judicial. 1.ed. Salvador: Editora Mente Aberta, 2022.

MARION, J. C. Análise das demonstrações contábeis. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2023.

MARTINS, E.; DINIZ, J. A.; MIRANDA, G. J. Análise avançada das demonstrações contábeis – Uma abordagem crítica. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2020.

MARTINS, R. S. Estudo de caso sobre as empresas da B3 que estão em processo de recuperação judicial. 2023. 66f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

NIELSEN, F. A. G.; OLIVO, R. L. de F.; MORILHAS, L. J. Guia Prático para elaboração de monografias, dissertações e teses em administração. São Paulo: Saraiva, 2017.

SILVA. A. A. da. Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2019

SOUZA, D. C. de. A importância da análise das demonstrações contábeis: Estudo de caso de uma cooperativa da área de saúde. Getec, v.12, n. 41, p.70-90, 2023.

VIEIRA, R. V. Análise da probabilidade de insolvência das companhias brasileiras em recuperação judicial no período de 2010 a 2019. 2020. 23f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Alagoas, Santana do Ipanema, 2020.